BIBLIOTECA
DO
CIDADÃO

O LIVRO NA RUA®

Série
Diplomacia
ao alcance
de todos



15

O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS

Coleção Divulgação – **INCENTIVO À LEITURA - Distribuição gratuita**

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

THESAURUS Editora

© Thesaurus Editora – 2008

O organizador

Amado Luiz Cervo – Professor emérito da Universidade de Brasília e Pesquisador Sênior do CNPq. Atua na área de relações internacionais e política exterior do Brasil, tendo formado 22 mestres e 13 doutores. Publicou 17 livros, 33 outros capítulos e 32 artigos em periódicos especializados.

Revisão: Fundação Alexandre Gusmão - FUNAG

Arte, impressão e acabamento:
Thesaurus Editora de Brasília
SIG Quadra 8 Lote 2356, Brasília – DF – 70610-480 – Tel: (61) 3344-3738
Fax: (61) 3344-2353 ou End. eletrônico: editor@thesaurus.com.br

Editores: Jeronimo Moscardo e Victor Alegria

Os direitos autorais da presente obra estão liberados para sua difusão desde que sem fins comerciais e com citação da fonte. **THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA LTDA.**
SIG Quadra 8, lote 2356 – CEP 70610-480 - Brasília, DF. Fone: (61) 3344-3738 –
Fax: (61) 3344-2353 *End. Eletrônico: editor@thesaurus.com.br *Página na Internet: www.thesaurus.com.br – Composto e impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

O MERCOSUL

A parceria histórica

Quando o governo de Ernesto Geisel firmou com a Alemanha o Acordo Nuclear, em 1975, os Estados Unidos exerceram pressões sobre Brasil e Alemanha com o fim de desfazer essa cooperação em um domínio de alta tecnologia. Geisel denunciou então todos os acordos de cooperação militar com os Estados Unidos, estabelecidos desde os anos 1950.

Esse episódio revela a contradição na parceria histórica entre Brasil e Estados Unidos. Com efeito, uma relação especial fora concebida e encaminhada pelo Barão do Rio Branco, no início do século XX. Sua

idéia tomou corpo com a aliança militar, a cooperação econômica e o financiamento para a usina siderúrgica de Volta Redonda, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. Consolidou-se com Juscelino Kubitschek, quando muitas empresas norte-americanas abriram filiais no Brasil. Em suma, a relação especial trazia efeitos benéficos para o processo de desenvolvimento brasileiro.

Assim mesmo, surge nos anos 1970 a crise no relacionamento bilateral. Ela desvenda a competição entre o desenvolvimento brasileiro e interesses norte-americanos, seja no comércio bilateral ou em terceiros mercados, seja em razão da apropriação de tecnologias avançadas em domínios sensíveis como o nuclear, o espacial e o da indústria militar.

Desde então, até o presente, o lastro de fundo da parceria histórica a preservar permanece o eixo de referência dos dois países. Estudiosos norte-americanos, chamados de brasilianistas, e estudiosos brasileiros lembram aos dirigentes os benefícios dessa

parceria para ambos os lados. E os governos empenham-se em manter a relação especial, apesar da competição, da rivalidade, do choque de interesses e da autonomia decisória em política exterior. O modo de ver o outro como diferente e próximo ao mesmo tempo explica, por exemplo, a relação cordial entre dois presidentes de perfis contraditórios como George W. Bush e Luiz Inácio Lula da Silva, que evocaram, em 2007, essa parceria, ao firmar importante acordo de cooperação na área de biocombustíveis.

A segurança internacional

Os Estados Unidos eram uma superpotência militar durante a Guerra Fria, ao lado da União Soviética, e exercem hegemonia militar sobre o mundo nas duas últimas décadas. Apesar de não ser potência estratégica, o Brasil colaborou por longo tempo com os Estados Unidos para enaltecer o poder do

parceiro. Foi seu aliado durante a Segunda Guerra Mundial, contribuindo para a vitória com forças do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e compôs com o Ocidente, que os Estados Unidos lideravam, durante o período de confronto ideológico da Guerra Fria.

Duas percepções do lado brasileiro afetaram a aliança geopolítica bilateral: o exercício da hegemonia parecia requerer, por parte dos Estados Unidos, o sacrifício da autonomia decisória em política exterior, como também a obstrução do processo de desenvolvimento em sua fase mais avançada.

Ademais, visões de mundo distintas quanto ao modo de manter a paz ou fazer a guerra opõem a estratégia não-confrontacionista brasileira à estratégia confrontacionista norte-americana, bem como certos padrões de conduta diplomática.

Essas diferenças afastam Brasil e Estados Unidos, por exemplo, na política de combate ao terrorismo no século XXI: pela guerra inspirada na teoria do choque de civilizações,

levada por Bush ao Afeganistão e ao Iraque; pela eliminação de enormes desigualdades econômicas entre as nações, a começar com a fome que atinge mais de oitocentos milhões de pessoas, em consonância com o conceito de ordem injusta a consertar, que move a política exterior de Lula.

A cooperação econômica

Durante a crise financeira que atingiu a economia norte-americana em 2008, bilhões de dólares são repatriados por empresas e investidores que operam no Brasil com o intuito de socorrer as matrizes localizadas nos Estados Unidos. Esse movimento financeiro revela a importância da parceria econômica bilateral para ambos os lados.

Os Estados Unidos construíram sua potência geopolítica desde a Segunda Guerra Mundial com base na internacionalização de sua economia. Elegeram o Brasil como um

dos destinos privilegiado de seus capitais e empreendimentos, tanto é que, nos anos 1950, este país era o terceiro receptor de investimentos diretos norte-americanos no exterior, depois da Inglaterra e do Canadá.

A cooperação de capitais e empreendimentos norte-americanos representou poderoso impulso ao processo de industrialização do Brasil, à época de Getúlio Vargas, e contribuiu para sua continuidade até o presente. Os governantes brasileiros compreenderam a dinâmica da cooperação para acelerar o desenvolvimento nacional e prepararam ordenamentos internos aptos a criar confiança e atrair investimentos de modo permanente. O consumidor brasileiro percebe, em nossos dias, o efeito dessa cooperação, ao adquirir bens de consumo e verificar a quantidade de marcas de fábricas de origem norte-americana instaladas no país.

A cooperação norte-americana penetrou, sobretudo, o campo da indústria de transformação. Não se orientou para a

indústria de base nem para a infra-estrutura, como siderurgia, mineração, eletricidade, petróleo e transporte, setores confiados ao empreendimento nacional. No século XXI, quando empresas brasileiras deram impulso ao processo de internacionalização econômica do Brasil, algumas estabeleceram filiais ou associações nos Estados Unidos e penetraram as cadeias produtivas do parceiro por modo a estabelecer a cooperação no patamar elevado da alta tecnologia. Uma segunda instância de cooperação é posta em movimento.

Terrenos de negócio e competição

O comércio bilateral e o comércio internacional constituem o terreno de maior competição entre Brasil e Estados Unidos. À época do desenvolvimentismo, entre 1930 e 1990, quando empreendimentos estatais e privados estimulavam a produção, o governo norte-americano aplicava medidas restritivas

a importações brasileiras, movendo processos antidumping ou impondo quotas, por exemplo. E o Brasil mantinha elevadas taxas alfandegárias, à sombra de seu protecionismo.

Com a abertura econômica dos anos 1990 no Brasil e a globalização no século XXI, o choque de interesses no campo do comércio se modifica. O protecionismo brasileiro esvaiu-se, visto que o sistema produtivo não teme como antes a concorrência de produtos norte-americanos no mercado interno. Os mecanismos antidumping ou das quotas também cederam. Mas os americanos ainda mantêm o protecionismo para indústrias obsoletas, como ferro e aço, dificultam a entrada de produtos brasileiros do agronegócio, como suco de laranja e etanol, além de subsidiar sua própria produção agrícola, como o algodão e os biocombustíveis. Sugerem uma abertura econômica que não praticam e praticam o desvirtuamento do livre mercado que criticam nos outros. A isto os especialistas chamam de realismo aplicado à política de comércio exterior.

O confronto de interesses no campo do comércio bilateral fez abortar a criação de uma área de livre comércio das Américas (Alca), negociada desde os anos 1990. Os Estados Unidos visam o mercado brasileiro para seus produtos de alta tecnologia, mas protegem seu mercado de certos produtos agrícolas e industriais. O Brasil visa o mercado norte-americano de produtos agrícolas e industriais, em setores nos quais compete melhor, mas não se dispõe a sacrificar sua vocação industrial. Essas dificuldades de negociar o comércio bilateral são transpostas para as negociações multilaterais de comércio que se realizam na Rodada Doha da OMC.

Os Estados Unidos figuram, entretanto, entre os primeiros parceiros comerciais do Brasil, conforme revelam as estatísticas do Banco Central sobre o comércio exterior. Em 2007, o comércio bilateral atingiu o total de 67,1 bilhões de dólares com a União Européia; de 43,7 com os Estados Unidos; de 24,8 com a Argentina; e de 23,3 com a China.

A visão do outro

A parceria histórica nos campos da segurança e da economia e as dificuldades para administrar os interesses nas relações bilaterais e sobre o cenário internacional condicionam a visão do outro. Examinemos apenas a visão brasileira dos Estados Unidos, já que a superpotência prefere espalhar sobre o mundo sua sombra de gigante a cultivar imagens do outro a partir da pluralidade de identidades.

Uma corrente da opinião pública costuma associar a relação especial com os Estados Unidos ao papel de parceiro necessário e privilegiado para realização dos interesses brasileiros. Essa visão, dita de direita por analistas, prega o alinhamento ideológico e o aprofundamento dos vínculos econômicos, em detrimento do universalismo da política exterior e das relações com os países emergentes. Essa visão, quando acentuada, embaralha o interesse nacional com o norte-americano e suscita dúvidas sobre sua conveniência.

Outra corrente da opinião insiste sobre os riscos e mesmo os efeitos nocivos da relação especial para a realização de interesses nacionais e prega o distanciamento, senão mesmo o confronto.

As correntes escondem parcelas da verdade acerca do papel dos Estados Unidos para a formação nacional, de parceiro construtivo ao longo do tempo e de concorrente demolidor por vezes. A diplomacia brasileira raramente tem se deixado levar por posições estremadas, como ocorreu em alguma medida nos anos 1960. Ao contrário, pauta-se pelo princípio da harmonização histórica dos interesses de longo prazo e pela negociação de eventuais contenciosos.

Autonomia decisória

Não há governo que mais cultive a autonomia decisória em política exterior do que o governo dos Estados Unidos. Espe-

cialistas chamam a isso de unilateralismo e alguns estudiosos costumam associá-lo à ordem imposta e à instabilidade do sistema internacional. Mas sem autonomia decisória nenhuma nação realiza seus interesses sobre o cenário internacional. Assim entenderam Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Afonso Arinos, Ernesto Geisel e outros dirigentes e diplomatas brasileiros. Convém ao Brasil que assim se prossiga.

PARA SABER MAIS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Ufrgs, 2003.

ALMEIDA, P. R. e Barbosa, R. A. *Relações Brasil-Estados Unidos: assimetrias e convergências*. São Paulo: Saraiva, 2003.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo, Saraiva, 2008.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão realiza atividades culturais e pedagógicas, além de estudos e pesquisas no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, promovendo e divulgando reflexões sobre o cenário internacional e o Brasil no mundo.

www.funag.gov.br